

Jornal da Manhã

Ijuí, Sexta-feira, 16 de agosto de 2024

Ano 51 - Nº 77

R\$ 5,00

Ijuenses irão decidir entre a continuidade ou a mudança

PÁGINA 5



PÁGINA 5

MOBILIZAÇÃO SOS AGRO OCORRE HOJE NA ERS-155

PÁGINA 3

SINE PROMOVE HOJE FEIRÃO DE VAGAS PARA JOVENS

PÁGINA 8

SENADO APROVA PEC DA ANISTIA, QUE PERDOA MULTAS DE PARTIDOS

ValProst Homem

- Acaba com a dor ao urinar
- Acaba com a vontade frequente de urinar
- Aumenta a força do jato urinário
- Trata a próstata inflamada
- Combate infecções

VALTER Farmácia

Av. Coronel Dico, 541 | 55 3333.1777 | 98431.6863

Produto 100% natural testado e aprovado para a saúde do homem!

Apelido: VEREADOR

CNPJ Candidato: 56.235.214/0001-00 CNPJ Jornal: 87.657.854/0001-23 Valor: R\$ 478,40

CHICOORTIZ

Vereador Presente, Vereador da Gente!

11.555

PREFEITO **ANDREI 11** COSSETIN

VICE **BARRIQUELO**

EDUCAÇÃO
TODOS COOPERAM PARA O BEM

Progressistas

EU ❤️ IJUÍ



41ª Convenção Gaúcha de Supermercados

EXPOAGAS 2024

20 A 22 DE AGOSTO

FIERGS

PORTO ALEGRE

Patrocínio



Copatrocinio



Realização



CAMPANHA

Candidatos começam a corrida eleitoral

Candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador, a partir de hoje, começam a disputa com o início oficial da propaganda eleitoral para o pleito que terá seu primeiro turno no dia 6 de outubro e o segundo turno no dia 27 de outubro em municípios com mais de 200 mil eleitores, quando o candidato a majoritária não obtiver mais de 50% dos votos.

Em Ijuí foram registrados no Tribunal Superior Eleitoral duas candidaturas a prefeito e outras 127 candidaturas para vereador, que vão movimentar a corrida eleitoral na apresentação de propostas, no convencimento para obter o voto dos eleitores ijuíenses.

Pela coligação Todos cooperam para o Bem (PP, PL, MDB, PSD, Republicanos, União Brasil, Federação PSDB/Cidadania) concorre à reeleição o prefeito Andrei Cossetin (PP), tendo como candidato a vice, Marcos Barriquello (PL). E pela coligação Frente Popular Trabalhista (PT, PDT e PCdoB) o candidato a prefeito é o vereador Beto Noronha (PT) e o candidato a vice-prefeito é Aldair Cossetin (PDT).

O prefeito Andrei diferente da eleição de 2020, quando era novidade concorrendo pela primeira vez a majoritária terá como desafio apresentar novas



Andrei Cossetin (PP) e Marcos Barriquello (PL) concorrem a reeleição

propostas que possam convencer o eleitor a optar pela continuidade ao atual projeto de desenvolvimento implementado no município, assim como apresentar as obras e realizações do seu governo, fazendo um comparativo às gestões anteriores.

Enquanto Beto Noronha, que pela primeira vez disputa a prefeitura, terá que enumerar os problemas da cidade não solucionados, as demandas da população que possam não ter sido atendidas pela atual gestão, e ao mesmo tempo apresentar novas propostas para convencer o eleitor a optar

por um outro modelo de gestão e projeto de desenvolvimento. Além disso, terá como desafio enfrentar a candidatura de situação, que detém o controle da máquina pública.

Na disputa ao Legislativo serão 84 (66,14%) candidatos homens e 43 mulheres (33,86%) numa disputa por 17 cadeiras, duas a mais do que as atuais 15 cadeiras, em decorrência do Censo do IBGE de 2022 que apontou uma população de 85.135 habitantes. Ijuí, que faz parte do Cartório da 23ª Zona eleitoral, tem 64.941 eleitores conforme dados re-



Aldair Cossetin (PDT) e Beto Noronha (PT) disputam pela oposição

gistrados no Supremo Tribunal Eleitoral. Desse montante 53% do eleitorado é masculino e 47% feminino.

Enquanto a propaganda eleitoral nas ruas e na internet para as eleições municipais de 2024 começa hoje, o período de veiculação do horário eleitoral gratuito na TV e rádio inicia no dia 30 de agosto e vai até 3 de outubro.

Entre as novidades deste ano estão a proibição de deepfakes (fotos ou vídeos alteradas com o rosto ou vozes de pessoas) e o aviso obrigatório de uso de inteligência artificial (IA) nos

conteúdos divulgados. Assim como em pleitos anteriores, continuam proibidos os outdoors, o telemarketing e os showmícios. As caminhadas, passeatas e carreatas podem ser feitas das 8h às 22h até a véspera da eleição.

Para a campanha nas ruas, é vedado “perturbar o sossego público”, seja “com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos”. Também é proibido a confecção ou distribuição diretamente ao eleitor de brindes com propaganda de candidatos, tais como chaveiros, bonés, canetas ou camisetas.

Federasul crítica ações do governo federal

Em meio a uma angústia diante da lenta recuperação do Estado, após 100 dias da pior tragédia climática já enfrentada no Rio Grande do Sul, lideranças empresariais de diferentes setores econômicos do Estado se reuniram para compartilhar suas preocupações. O evento promovido pela Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (Federasul), discutiu a falta de recursos e medidas eficazes do governo federal.

Em entrevista ao JM, o presidente da Federasul, Rodrigo Sousa Costa, informa que durante o evento, líderes de diferentes segmentos relatam de forma unânime que as linhas de crédito para médias e grandes empresas apresentam falhas de operação e o modelo de proteção ao emprego não tem o resultado esperado perto das necessidades dos segmentos econômicos.

No que diz respeito ao movimento SOS Agro RS, planejado para acontecer hoje, a partir das 8h, na ERS-155, no entroncamento com a BR-285, o Sindicato Rural de Ijuí está convocando todos os produtores rurais, visando



Rodrigo Sousa Costa

uma paralisação em busca de soluções imediatas.

Para o presidente, o ato é de grande valia. “O SOS Agro no sentido de um ato simbólico, comerciantes dos estabelecimentos colocarem uma tarja de luto protestando e manifestando a sua indignação devido aos 100 dias sem auxílio do governo federal. Acredito que precisamos fazer

isso chegar em Brasília”, frisa Costa, salientando que para a população de fora do RS, os relatos são de que os problemas já foram sanados.

Além disso, o governo tem tratado essa questão com displicência, principalmente com o valor dos juros propostos nos programas para a reconstrução. “Comportamento de agiotagem ou banqueiro”, avalia Costa.

Para ele, é necessário mais agilidade para que as ações governamentais cheguem aos negócios, caso contrário, as regiões gaúchas enfrentarão um processo de empobrecimento. “No início, uma pessoa com condições financeiras saudáveis, conseguiria em bancos privados ou cooperativas de crédito, captar juros menores do que os oferecidos pelo governo. É desde o empresário até o pequeno produtor que está perdendo”, informa.

Costa ressalta que o governo federal, através dessas atitudes, estará perdendo arrecadação, além de comprometer a saúde financeira do devedor, deixando-o sem fôlego para que o Estado consiga se recuperar.

Renegociação das dívidas terá custo de R\$ 1,8 bilhão

O governo federal estima que a concessão de desconto a financiamentos rurais e a renegociação de dívidas de produtores do Rio Grande do Sul afetados pelas enchentes de maio terão o custo de pelo menos R\$ 1,8 bilhão. A informação é dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). “Será mais de R\$ 1,8 bilhão do governo federal em desconto para a liquidação ou renegociação de parcelas de operações de crédito rural para aqueles que sofreram perdas iguais ou superiores a 30%. Essa medida representa um alívio financeiro significativo para os agricultores familiares, garantindo mais recursos para a retomada da produção no Estado”, informou o MDA, em nota.

O Executivo publicou o decreto 12.138/2024 que estabelece as condições e regras para a concessão dos descontos em operações de crédito rural de custeio, investimento e industrialização a produtores rurais

com perdas de pelo menos 30% localizados nos 455 municípios em situação de emergência ou calamidade pública reconhecidos pelo governo.

O benefício valerá para as parcelas de crédito rural com vencimento entre 1º de maio e 31 de dezembro de 2024, que tenham sido contratadas até 15 de abril. O limite de desconto por produtor, conforme a proporção das perdas, também foi definido no decreto.

Além do rebate nas parcelas, o saldo devedor dos empréstimos poderá ser renegociado para pagamento em até quatro anos, com vencimento da primeira parcela em 2025. Tanto a renegociação dos débitos quanto o rebate (desconto) deverá ser solicitado pelos produtores rurais às instituições financeiras até 10 de setembro.

Em reunião com produtores e parlamentares gaúchos, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, reforçou que haverá liberação futura de R\$ 1,8 bilhão para as ações que contemplam o decreto.